

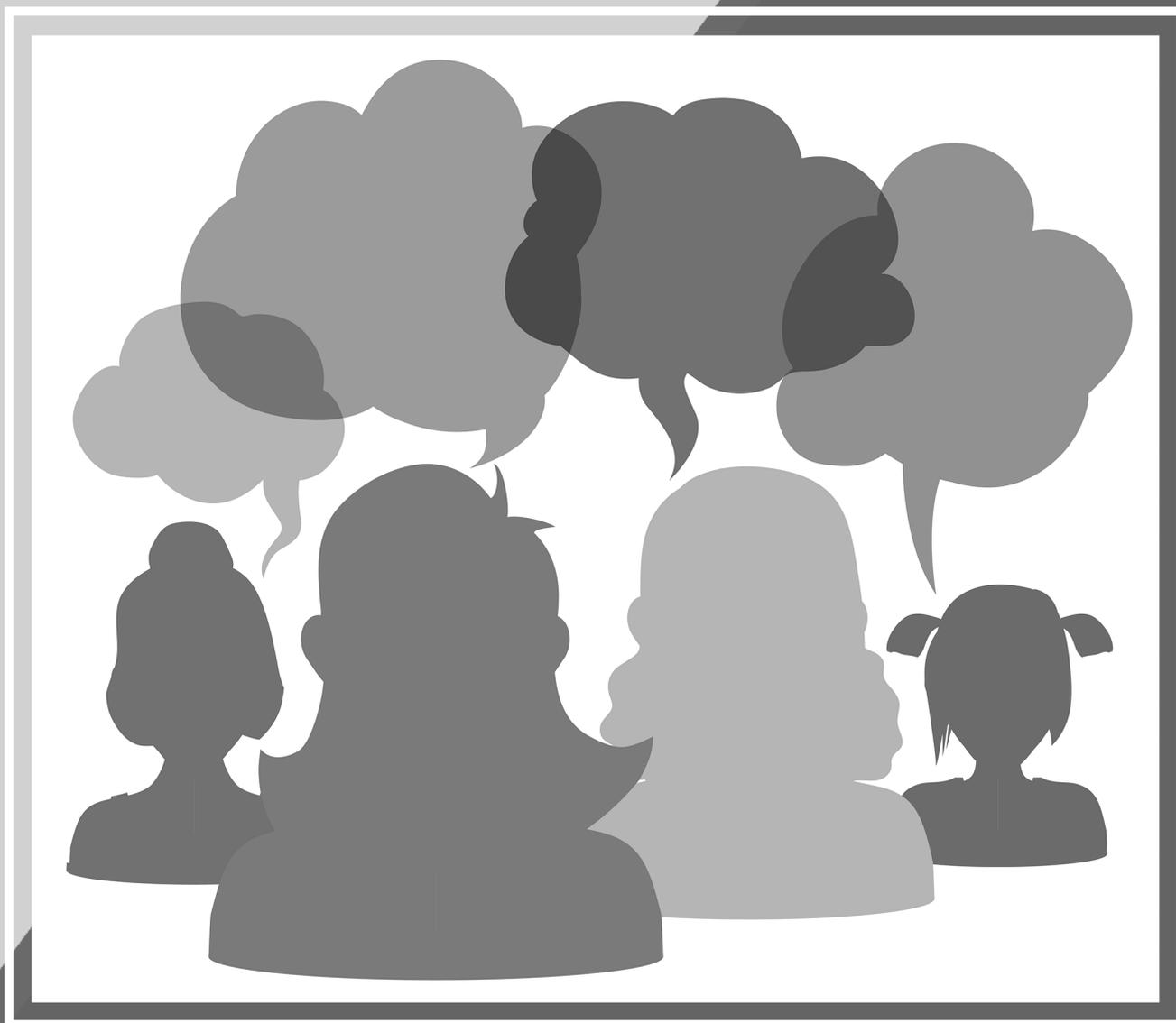
História: Espaço Fecundo para Diálogos 3



Antonio Gasparetto Júnior
Ana Paula Dutra Bôscarro
(Organizadores)

História:

Espaço Fecundo para Diálogos 3



Antonio Gasparetto Júnior
Ana Paula Dutra Bôscarro
(Organizadores)

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

H673 História [recurso eletrônico] : espaço fecundo para diálogos 3 / Organizadores Antonio Gasparetto Júnior, Ana Paula Dutra Bôscaro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-81740-02-3

DOI 10.22533/at.ed.023201102

1. História – Filosofia. 2. História - Historiografia. 3. Historiadores.
I. Gasparetto Júnior, Antonio. II. Bôscaro, Ana Paula Dutra.

CDD 907.2

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro *História: espaço fecundo para diálogos* oportuniza a discussão científica ao entorno da história do Brasil por intermédio de trabalhos diversos que compõe seus capítulos. Fruto de pesquisas recentes, seu principal objetivo consiste em divulgar novas perspectivas acerca de diferentes momentos históricos que marcaram a formação e o desenvolvimento da história do nosso país.

O período cronológico coberto no livro abrange praticamente toda a história do Brasil, desde o período colonial até finais do século XX. Os autores aqui reunidos apresentam trajetórias acadêmicas e perspectivas analíticas distintas, configurando, como o próprio título da obra sugere, um espaço fecundo para diálogos. Seus textos, entretanto, têm em comum a característica de serem resultados de pesquisas históricas originais, pautados em fontes documentais inéditas e/ou pouco exploradas.

Temas diversos e interessantes são, deste modo, discutidos em seus mais variados aspectos, políticos, econômicos, sociais e culturais. Os fatos históricos explorados, a despeito das diferenças temporais que os cercam, dialogam e se completam. Daí a importância de um livro composto por obras que versam sobre diferentes contextos, cujos construtores dos períodos abordados foram também dispare: grupos indígenas, comerciantes, mulheres, políticos, militares, etc.

Na primeira parte da obra estão reunidas análises históricas que dissertam sobre o período colonial e imperial brasileiros. Na segunda parte, trabalhos que abordam da Primeira República a acontecimentos iniciais que marcaram o século XX. Na terceira e última parte do livro reunimos diferentes análises históricas referentes aos noventa, trabalhos que aludem desde o período ditatorial aos novos métodos da História Oral.

Em síntese, a obra apresenta o estudo da sociedade brasileira através de múltiplas perspectivas, o que nos leva a constatar que a História se faz, cada vez mais, através de um exercício democrático e de cidadania, constituindo-se como palco profícuo para novos debates e aprendizado. A todos, o desejo de uma excelente leitura!

Ana Paula Dutra Bôscaro
Antonio Gasparetto Júnior

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESCRAVISMO INDÍGENA PAULISTA NA DEFINIÇÃO DO SISTEMA DA ADMINISTRAÇÃO. (SÉCULO XVII)	
Antonio Martins Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.0232011021	
CAPÍTULO 2	14
PIRATAS E CORSÁRIOS NO BRASIL: O CASO DE 14 DE FEVEREIRO DE 1630	
Valéria Silva Melo de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.0232011022	
CAPÍTULO 3	31
CACAU, CRAVO E AS “DROGAS DO SERTÃO”: O GOVERNADOR FRANCISCO XAVIER DE MENDONÇA FURTADO E A CRIAÇÃO DA COMPANHIA GERAL DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO	
Frederik Luiz Andrade de Matos Osimar da Silva Barros	
DOI 10.22533/at.ed.0232011023	
CAPÍTULO 4	46
ESCRITAS DE SI: A ARTE DA EXISTÊNCIA GRAFADA EM AUTOBIOGRAFIAS, DIÁRIOS PESSOAIS E RELATOS DE VIAGENS FEMININOS	
Maria Ester de Siqueira Rosin Sartori	
DOI 10.22533/at.ed.0232011024	
CAPÍTULO 5	60
CONSELHO GERAL DE PROVÍNCIA: PERCALÇOS E TENSÕES NA INSTALAÇÃO DE NOVAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS NA PROVÍNCIA DA BAHIA (1828-1830)	
Nora de Cassia Gomes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0232011025	
CAPÍTULO 6	71
“SUCCINTAS OBSERVAÇÕES SOBRE O ESTADO DESTA PARTE DO VASTO IMPERIO DO BRAZIL”: A PROVÍNCIA DO AMAZONAS SEGUNDO TENREIRO ARANHA, 1852	
Paulo de Oliveira Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.0232011026	
CAPÍTULO 7	84
A GUERRA DO PARAGUAI NO PIAUÍ: A BATALHA PELAS VONTADES ENTRE POLÍTICOS E JORNAIS	
Elton Larry Valerio	
DOI 10.22533/at.ed.0232011027	

CAPÍTULO 8	99
A SOCIEDADE AGRÍCOLA PARAENSE E OS OFÍCIOS DE CONSELHEIRA PROVINCIAL E PROPAGADORA DA CIÊNCIA AGRONÔMICA NO SÉCULO XIX	
Francivaldo Alves Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.0232011028	
CAPÍTULO 9	114
ENGENHARIA E POLÍTICA: OS DEBATES FERROVIÁRIOS NO CLUBE DE ENGENHARIA E A ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DO RIO DE JANEIRO (1880 - 1900)	
Fernanda Barbosa dos Reis Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.0232011029	
CAPÍTULO 10	127
A MÚSICA NOS NAVIOS E QUARTÉIS DA ARMADA BRASILEIRA ENTRE AS DÉCADAS DE 1850 E 1900	
Anderson de Rieti Santa Clara dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.02320110210	
CAPÍTULO 11	138
JORNAL CORREIO DE SÃO FÉLIX: ENTRE FATOS E NARRATIVAS DE UMA CIDADE	
José Alberto Nascimento de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.02320110211	
CAPÍTULO 12	148
“PEQUENOS EXÉRCITOS ESTADUAIS” NA PRIMEIRA REPÚBLICA: O CASO DA FORÇA PÚBLICA DE PERNAMBUCO NA HISTORIOGRAFIA	
Sandoval José dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.02320110212	
CAPÍTULO 13	161
CUIDANDO DO “FUTURO DO BRASIL”: O ATENDIMENTO MATERNO-INFANTIL NOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE PÚBLICA NO PIAUÍ (1889-1929)	
Joseanne Zingleara Soares Marinho	
DOI 10.22533/at.ed.02320110213	
CAPÍTULO 14	174
O ESTADO DE EXCEÇÃO COMO REGRA NO GOVERNO DE ARTHUR BERNARDES (1922-1926)	
Antonio Gasparetto Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.02320110214	
CAPÍTULO 15	185
A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE JOSÉ FRAGELLI (1947-1987)	
Vinicius de Carvalho Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.02320110215	

CAPÍTULO 16	195
OS CRONISTAS E SUA MUSA: RESSIGNIFICAÇÕES DO RIO DE JANEIRO DIANTE DA MUDANÇA DA CAPITAL	
Larissa Leal Neves	
DOI 10.22533/at.ed.02320110216	
CAPÍTULO 17	210
A JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA E OS GRUPOS REVOLUCIONÁRIOS EM VOLTA REDONDA (1962 -1971)	
Márcio Goulart Coutinho	
DOI 10.22533/at.ed.02320110217	
CAPÍTULO 18	224
A MAÇONARIA E A DITADURA CIVIL-MILITAR ENTRE O NACIONAL E O LOCAL: MEMÓRIAS MAÇÔNICAS EM TEMPOS DE CHUMBO	
Helton Anderson Xavier de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.02320110218	
CAPÍTULO 19	238
REGADIO NOS TEMPOS DE DITADURA: RELAÇÕES ENTRE ESTADO, CAPITAL NACIONAL E INTERNACIONAL (1964-1971)	
Mário Martins Viana Júnior	
Alfredo Ricardo da Silva Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.02320110219	
CAPÍTULO 20	252
ON DIRAIT JEQUIÉ: ESTRATÉGIAS NACIONAIS E REGIONAIS EM PAULO EMÍLIO SALLES GOMES	
Victor Santos Vigneron de La Jousselandière	
DOI 10.22533/at.ed.02320110220	
CAPÍTULO 21	267
MULHERES E DITADURA: A TRAJETÓRIA DE ISABEL TAVARES DA CUNHA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A DEMOCRACIA, FEMINISMO E OS DIREITOS HUMANOS NO PARÁ	
Rosinda da Silva Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.02320110221	
CAPÍTULO 22	281
XIFÓPAGAS - CORPO DE MULHER, CABEÇAS DE DITADURAS: GÊNERO E EROTISMO NOS CINEMAS BRASILEIRO E ARGENTINO (ANOS 70)	
Katharine Nataly Trajano Santos	
DOI 10.22533/at.ed.02320110222	
CAPÍTULO 23	295
MOVIMENTO “TERRAS DE NINGUÉM”: CONFLITOS E A LUTA PELA POSSE DE TERRA URBANA - CASA AMARELA, RECIFE – PE	
Sebastião Alves da Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.02320110223	

CAPÍTULO 24	308
A MEMÓRIA SOCIAL DOS MORADORES DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA-RJ E SUAS ÁGUAS MEDICINAIS	
<i>Mariana Arruda Muniz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.02320110224	
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	325
ÍNDICE REMISSIVO	326

MOVIMENTO “TERRAS DE NINGUÉM”: CONFLITOS E A LUTA PELA POSSE DE TERRA URBANA - CASA AMARELA, RECIFE – PE

Data de aceite: 28/01/2020

Data de submissão: 02/11/2019

Sebastião Alves da Rocha

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Recife – Pernambuco

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5822824940537346>

RESUMO: O presente estudo objetiva apresentar a trajetória em torno dos conflitos e da luta travada pelo movimento social “Terras de Ninguém” (MTN) em Casa amarela, Recife. Para desenvolver essa abordagem, foi realizada uma revisão bibliográfica a partir de trabalhos acadêmicos que versam sobre o movimento “Terras de Ninguém” e de luta por moradia em Recife, disponíveis na internet. Realizamos também a análise de jornais e folhetos produzidos pelo MTN, disponibilizados na plataforma digital do Centro de documentação e Pesquisa Vergueiro. Tomamos como referência para refletir sobre as identidades, as agendas de luta e as práticas dos movimentos sociais os estudos de Maria da Glória Gohn. A principal alegação dos líderes do movimento consistia em questionar a titularidade das terras. O conflito se acirrou em meados dos anos 1970, quando houve aumento da cobrança aluguel pelo uso do chão, ameaça de expulsão e intimidação por

parte da administradora das terras, a Empresa Imobiliária de Pernambuco. O movimento fortaleceu sua atuação e conseguiu em 1980, que o então governador de Pernambuco Marco Maciel assinasse o decreto da desapropriação das “Terras de Ninguém”, cedendo o título de posse das terras para os moradores. Portanto, a partir da análise cabe destacar que em Casa Amarela ocorreu um processo de favelização consentida, uma vez que inicialmente a ocupação das áreas se deu a partir da iniciativa dos proprietários ao alugar as terras.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Social; Movimento Terras de Ninguém; Ocupação/Moradia em Pernambuco.

“LAND OF NOBODY” MOVEMENT:
CONFLICTS AND THE FIGHT FOR URBAN
LAND OWNERSHIP - CASA AMARELA,
RECIFE – PE

ABSTRACT: This study aims to present the trajectory around conflicts and the struggle waged by the social movement “Terras de Ninguém” (MTN) in Casa Amarela, Recife. To develop this approach, a bibliographic review was carried out based on academic works on the “No Man’s Lands” movement and the fight for housing in Recife, available on the Internet. We also analyzed the newspapers and leaflets

produced by MTN, available on the digital platform of the Vergueiro Documentation and Research Center. To reflect on the identities, agendas of struggle and practices of social movements, we took as a reference the studies of Maria da Glória Gohn. The main claim of the leaders of the movement was to question the ownership of land. The conflict broke out in the mid-1970s, when there was an increase in rent charges for land use, the threat of expulsion and intimidation by the land administrator, the Empresa Imobiliária de Pernambuco. The movement strengthened its actions and in 1980 managed to get the then governor of Pernambuco, Marco Maciel, to sign the decree of expropriation of the “Terras de Ninguém” (No Man’s Lands), handing over the title to the land to the residents. Therefore, from the analysis it is worth noting that in Casa Amarela there was a process of favelization, since initially the occupation of the areas occurred from the initiative of the landowners when renting the land.

KEYWORDS: Social Movement; No-Lands Movement; Occupation / Housing in Pernambuco.

1 | INTRODUÇÃO

O Recife reuniu inúmeros movimentos sociais no pós-ditadura civil-militar, alguns deles representados por associações ou conselhos de moradores que lutavam pelo direito de moradia e infraestrutura urbana para a população das regiões periféricas da cidade. Partindo do exposto, o presente estudo tem como objetivo apresentar a trajetória em torno dos conflitos e das lutas travadas pelo movimento “Terras de Ninguém” em Casa amarela, Recife, Pernambuco entre os anos 1969-1987.

Para desenvolver essa questão, foi realizada uma revisão bibliográfica a partir de trabalhos acadêmicos que versam sobre o movimento “Terras de Ninguém”, a luta por moradia e os movimentos de bairros em Recife, disponíveis na internet. Tomamos como referência para refletir sobre as identidades, as agendas de luta e as práticas dos movimentos sociais os estudos de GOHN (2014; 1991). Realizamos também consulta em jornais e folhetos produzidos pelo movimento “Terras de Ninguém”, disponibilizados na plataforma digital do Centro de documentação e Pesquisa Vergueiro - (CPV).

Os movimentos sociais tiveram um papel importante em expor as demandas dos indivíduos frente a uma sociedade marcada por desigualdades em todos os níveis. No Brasil ao longo do século XX, as várias mobilizações sociais lutaram por melhores condições de vida, em especial por equipamentos sociais básicos e bens coletivos e pela moradia.

Para análise de um movimento social, faz-se necessário entender/conhecer a sua definição. Vale ressaltar que não existe consenso quanto a essa questão entre os estudiosos do tema. Movimento social é um conjunto de ações coletivas organizadas com objetivos de reclamar demandas não atendidas para população. Neste sentido,

compartilhamos da definição da especialista em movimentos sociais Maria da Glória Gohn, que considera o movimento social “como ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil” (2014, p.251). Assim como concordamos com Alain Touraine ao dizer que os movimentos sociais “falam de si próprio como agentes de liberdade, de justiça social ou de independência nacional, ou ainda um apelo à modernidade ou à liberação de forças novas num mundo de contradições, preconceitos, privilégios” (Apud. GOHN, 2014 p.145-146).

Por sua vez, os movimentos sociais urbanos, são manifestações das classes populares, partem dos bairros, do local de moradia e são heterógenos quanto a composição social. A partir dessas colocações podemos definir o movimento “Terras de Ninguém” como um movimento social popular urbano pela posse de terra (GOHN, 1991).

A fundação do movimento “Terras de Ninguém”, segundo os trabalhos consultados, foi em 1975 (SOUSA, 2005; CAVALCANTI, 2017). Essa marcação também está presente na concepção dos participantes do movimento, verifica-se isso a partir da produção, pelo movimento, de cartilhas comemorativas de aniversário, considerando o ano 1975 como o de fundação. O ano de 1975 se refere ao momento em que o movimento é batizado com o nome “Terras de Ninguém”. A partir da leitura do texto “batalhas em casa Amarela” do professor Antônio Montenegro, presente no livro “História Oral e Memória: A cultura popular revisitada” constata-se que o movimento começa a se organizar antes do ano 1975, especificamente, em fins da década de 1960.

Deste modo, compreendemos que a luta do movimento começa no ano 1969, quando se iniciam as primeiras mobilizações em torno da luta pela posse das terras em Casa Amarela. Por mais que nesse período, o movimento ainda não fosse chamado pelo nome de “terras de ninguém”, as ações empreendidas nesse período foram essenciais para o fortalecimento da luta dos moradores. Para fim analítico deste estudo, dividimos o movimento “Terras de Ninguém” em três fases: A primeira da formação de bases (1969-1974), segunda do enfrentamento (1975-1980) e a terceira do processo de desapropriação e da regularização fundiária das terras (1981-1987).

Este artigo está dividido em duas partes, a primeira que tem como título “O Recife e a questão da Moradia”, tem como objetivo descrever em linhas gerais os fatores que antecederam a luta do movimento “Terras de Ninguém” e o segundo O movimento social urbano “Terras de Ninguém”, conta a história do movimento de acordo com as três fases na qual dividimos o movimento.

2 | O RECIFE E A QUESTÃO DA MORADIA

Desde o final do século XIX a cidade do Recife, enfrenta problemas relacionados à moradia. Essas questões foram intensificadas a partir da primeira metade do século XX, fato que leva ao surgimento de vários conflitos. A problemática da moradia e da posse de terras faz com que sejam organizadas inúmeras frentes de lutas com objetivo de requerer esses direitos.

Essas reivindicações se organizam a partir dos bairros através dos conselhos e associações de moradores. O problema da moradia no Recife reside dentre outros fatores, no fato da cidade possuir pouco espaço em boas condições para habitação, tornando os disponíveis suscetíveis à valorização e especulação imobiliária, dificultando o acesso às populações pobres.

Outro elemento que aumenta a demanda por moradia é o crescimento da população no Recife, experimentado pela cidade desde o fim do século XIX. Dentre os fatores que justificam esse fenômeno destacam-se as migrações por questões diversas, dentre as quais podem ser citados: procura por emprego, a Seca, perda de terras e para fugir de regime de trabalhos, durante a expansão das usinas na zona-da-mata (FRANCISCO, 2013, p.30).

As pessoas advindas das lavas das migrações se juntaram à poluição pobre já existente na cidade, ocupando, expandindo e criando novos mocambos. Os recenseamentos dos mocambos do Recife, realizado na primeira metade do século XX, mostraram o crescimento deste tipo de espaço, evidenciando que a maioria da população pobre vivia nessas áreas. Por exemplo, no Recenseamento dos Mocambos do Recife de 1939, constatou-se que quase 50% da população do Recife residiam nesse espaço, e que as construções eram na sua maioria com paredes de taipa e cobertura de palha. A partir desses levantamentos os problemas urbanos começaram a preocupar o Estado e a sociedade (SOUSA, 2005).

De acordo com Albuquerque (2006, p. 4), a problemática urbana devido à proliferação de doenças e ao aspecto estético da cidade, cria-se um plano de ordenamento da cidade, baseado em princípios higienistas, já que as favelas eram consideradas um perigo para a elite, dessa forma, as populações que habitavam os Mocambos foram expulsas, a remoção das pessoas destes espaços, tinha o objetivo de melhorar os aspectos estéticos da cidade, valorizar as terras e atender aos interesses do capital imobiliário.

A população expulsa das áreas nobres da cidade se deslocou para as áreas de morros e alagados. Conforme Souza (1984), o processo de ocupação foi adquirindo várias formas:

Aqueles que encontravam empregos nos “viveiros” construíam sua moradia nos mangues — as palafitas, mediante o “aluguel do chão” ao proprietário; morros

próximos às vias de penetração da cidade, como os de Casa Amarela, tiveram seus sítios pouco a pouco micro-parcelados e alugados a terceiros que, mediante o “aluguel do chão”, poderia construir e ter a “posse” do imóvel; e as “Terras de Marinha” passaram a ser refúgio daqueles que não tinham acesso à terra urbana. (apud. SOUSA, 2005).

De acordo com o autor, as pessoas que se deslocaram para a região de morros de Casa Amarela, se instalaram mediante o pagamento do foro (aluguel do chão), logo esse processo na sua grande parte ocorreu de forma consentida. “O modo de ocupação predominante da população mais pobre era aterrar o mangue e ocupar os morros. Os proprietários permitiam e os pobres aterravam, limpavam e zelavam os terrenos vazios em troca do direito de morar temporariamente nessas terras” (SOUSA, 2005, p.66). A população reagiu à expulsão imposta pelo Estado e também aos problemas enfrentados por falta/ausência de moradia para o povo. Como resultado da insatisfação popular começa a se organizar no Recife a partir de 1931, os movimentos de bairros com luta pela posse de terra e por equipamentos coletivos e melhoria da qualidade de vida das comunidades carentes, pressionando o poder público através de abaixo-assinados, reuniões com secretários, prefeitos e atos públicos (ALBUQUERQUE, 2006, p. 5).

A atuação dos movimentos de bairros ganhou força, através da pressão popular. O Estado para tentar conter a insatisfação popular, resolveu estimular a criação de associações e conselhos de moradores de bairro, concedendo uma espécie de “apoio”. Dentre os governantes que realizaram diálogo com movimentos sociais, podemos destacar Pelópidas Silveira e Miguel Arraes.

Durante o Regime militar os movimentos sociais passam por um processo de intensa perseguição. Apesar da repressão, continuaram se rearticulando e o Estado não pode controlar sua atuação, nesse mesmo cenário surgem grupos organizados reivindicando o fim do regime militar. Neste campo de forças, um dos movimentos considerados mais expressivos na luta pela posse de terras em Recife, foi o movimento “Terras de Ninguém” em Casa amarela, com atuação na segunda metade do século XX.

A área que corresponde à Casa Amarela pertenceu ao Engenho São Pantaleão do Monteiro, um dos primeiros construídos na “Capitania de Pernambuco” na época da Nova Luzitânia (GALVÃO, 1908 Apud SOUSA, 2005, p.69). No processo de crescimento da cidade, marcado pelo aumento populacional e pela erradicação dos Mocambos, teve início à ocupação dos arredores dos centros urbanizados. A região de Casa Amarela tornou-se um atrativo para a população de baixo poder aquisitivo, uma vez que o alto custo de implantação de infraestrutura urbana e a dificuldade de ocupar o solo não ofereciam vantagens ao capital imobiliário (SOUSA, 2005, p.71).

Casa Amarela tem sua ocupação acelerada a partir de 1940, pelos fatores antes

elencados, sendo o processo intensificado nas décadas seguintes pela população “subindo os morros da Conceição, Alto José do Pinho, Alto José Bonifácio, Alto do Mandú, Alto da Esperança e Alto da Favela, e descendo pelos córregos do Euclides, Zeca Tatu, Saudade e Zé Grande” (SOUSA, 2005, p. 72).

3 | O MOVIMENTO SOCIAL URBANO “TERRAS DE NINGUÉM”

Os movimentos de bairros de forma geral se organizam em torno das reivindicações por equipamentos coletivos, bens e serviços públicos, pelo acesso, posse e regularização de terras. Como movimento urbano o “Terras de Ninguém” atuava em torno dessas questões, mais especificamente a luta pela posse de terras e concomitantemente a regularização das mesmas.

Na primeira parte do texto, foram apontados alguns dos fatores que contribuíram para o surgimento do conflito em torno do problema da moradia em Casa Amarela, dentre os quais convém destacar a concentração de riquezas, o crescimento demográfico e o desemprego. Outro fator relevante foi à questão da cobrança de aluguel pelo uso das terras. As pessoas que foram expulsas dos Mocambos, na sua maioria não foram realocadas em outros espaços pelo Estado, sendo obrigadas a pagar aluguel em áreas insalubres, não adequadas à construção de moradias. Estes locais se tornaram, por vezes, a única opção para estas pessoas, uma vez que os valores cobrados eram baixos se comparados com outras áreas.

As terras de Casa Amarela, como já apontado, pertenciam ao engenho São Pantaleão do Monteiro. Um dos primeiros fatores que contribuiu para o questionamento da titularidade das terras foram o fato de existirem vários proprietários, e os locatários não saberem a quem prestar contas. Assim como, do outro lado os ditos proprietários não sabiam o limite de cada terreno. Assim foi criada em 1942 a Empresa Imobiliária de Pernambuco Ltda., para administrar as terras da propriedade Marinho, tendo como diretor, Roberto Sarmiento da Rosa Borges (MONTENEGRO, 2007). De acordo com SOUZA et al (1984), ao tomar posse da administração das terras a referida imobiliária, iniciou o controle das áreas, bem como incentivou novas ocupações, legalizou a compra do terreno e reprimiu as “invasões”, quando detectadas (apud. SOUSA, 2005).

A primeira fase (1969-1974) do movimento “Terras de Ninguém”, inicia com a formação de bases. Dois aspectos foram importantes nesta fase para fortalecimento da luta: a articulação com a Igreja e a relação de algumas lideranças com partidos políticos, a exemplo o Partido Comunista.

De acordo com GOHN (1991, p.40), todos os movimentos urbanos têm suas articulações partidárias, e embora os movimentos não possuam vínculos formais

explícitos com partidos, na prática, os vínculos se estabelecem via liderança, o que pode ser visto no movimento “Terras de Ninguém”, onde parte da liderança possui filiação com o Partido Comunista. Dentre as lideranças do movimento destacam-se: Arnaldo Rodrigues, conhecido como Arnaldo das pedrinhas; José Severino de Aguiar, líder sindical, católico praticante e comunista; Manoel Marques de Melo, sapateiro também ligado ao partido comunista (MONTENEGRO, 2007).

A primeira fase do movimento foi marcada pela existência de mobilização dos moradores. As ações tinham o objetivo de construir uma identidade de pertencimento às terras, para isso era necessário que os moradores se conscientizassem de que às terras não pertenciam à Empresa Imobiliária Pernambucana e, mas do que isso os moradores precisavam resistir e não pagar os aluguéis pelo uso do chão. Para implantar essas ações os líderes fizeram campanhas em formato religioso, isto porque nas reuniões nas casas dos moradores eles rezavam o terço e depois trabalhavam a conscientização da população.

A formação de bases esteve ligada com a religiosidade católica e pode ser dividida em dois momentos, a primeira campanha da reza do terço (1969-1972) e a evangelização (1972-1975). Como pode ser observado no depoimento de Jose de Aguiar.

Em 1969, o companheiro Arnaldo e mais três companheiro, nós tava rezando e nós tava conversando com os moradores para não pagar para Rosa Borges e para que a gente se juntar para derrubá-lo... que ele não é dono da propriedade e de 69,70,71 em 72 nós tava em campanha de terço se mobilizando nas casas dos companheiros. Nesse mesmo ano de 72, já com frente de importância religiosa no meio da gente, que D. Helder fundou aquele movimento de evangelização. Nos deixamos a campanha do terço e partimo com a evangelização, porque já era um espaço aberto. A gente se reunia em todo canto. Dentro da Igreja e daí por diante começamos uma campanha mais livre... de mais comunicação em diante ao povo para que ninguém pagasse mais por essa propriedade. Na evangelização, nos fomos 72, 73, 74 em 75 agente já estava bem mobilizado junto aos padres, as freiras e com aquela coligação com D. Helder (MONTENEGRO, 2007, p.60-61)

Na formação de base, apesar de não existir o apoio formal da Igreja, o elemento religioso é usado para burlar a vigilância que em plena ditadura civil-militar se tinha sobre os movimentos. Ademais a articulação com a Igreja progressista foi importante para o fortalecimento do movimento, pois com a proteção desta, o movimento amplia sua atuação e fortalece o processo de construção de consciência do direito à moradia, assim como contesta os que se diziam proprietários das terras.

A Igreja apoia os movimentos sociais de bairros no Recife, sobretudo com a criação das Comunidades Eclesiais de Base, a partir de 1968. Com o apoio do Arcebispo de Recife e Olinda D. Helder Câmara que assumiu arquidiocese em 1964, a Igreja ao mesmo tempo em que atua junta aos pobres nas reivindicações de direitos sociais, fortalece os movimentos sociais de bairro. Na região de Casa Amarela, pode

ser destacada a atuação do Padre Reginaldo Veloso, considerado um dos líderes do movimento “Terras de Ninguém”, com a criação da CEBs na comunidade da Macaxeira. Reginaldo Veloso em entrevista para a historiadora Geane Cavalcanti, fala sobre atuação da Igreja frente aos movimentos sociais:

Eu sei que... de chegada, um tempo, eu diria assim, de recessão da organização popular e nós da igreja através do trabalho das Comunidades Eclesiais de Base das paróquias de Olinda e Recife, nós realmente durante o tempo da ditadura fomos um movimento de igreja que se identificou com os movimentos sociais, com o que restou dos movimentos sociais, das pessoas que não mais participavam abertamente de uma organização por medo da repressão, mas que procuravam nos espaços da igreja se abrigarem, vamos dizer assim. Esse movimento de igreja sustentou o mínimo de organização popular que havia naqueles anos de chumbo (CAVALCANTI, 2017, p.89).

Segundo Gohn (1991, p.37) a articulação da Igreja com os movimentos populares, “imprimiu-se em questões sob a ótica dos direitos dos cidadãos. A nova missão do cristão é o trabalho coletivo, é o trabalho junto aos oprimidos, nesta vida e não na outra”. Desta forma através da teologia da libertação, a Igreja reforça a sua escolha pelo povo, e no Recife o trabalho das CEBs e pastorais constitui um elemento propulsor para os movimentos sociais populares. Portanto, a Igreja progressista, foi uma frente muito importante na trajetória do movimento “Terras de ninguém”.

A partir da articulação com a Igreja, o movimento inicia a segunda fase (1975-1980), que denominamos de Enfrentamento, nessa fase além ser batizado com o nome “terras de ninguém”, o movimento começa a denunciar o conflito na mídia e também a reivindicar a desapropriação das terras.

Os moradores se apropriaram do termo “Terras de Ninguém”, título de artigo da revista Veja, em 01 de junho de 1976, que apresentava a luta dos moradores de Casa Amarela para permanecer na localidade (MONTENEGRO, 2007, p. 54). A principal estratégia dos militantes do movimento consistia em questionar a titularidade das terras. Para tanto, a formação de bases, através das conversas com os moradores, foi essencial no processo de conscientização de que as terras de Casa Amarelas não possuíam proprietários. A Empresa Imobiliária Pernambucana apresentava uma documentação, contraditória para os militantes do movimento, que fortaleciam outra versão, contada por antigos moradores e contada por Manoel Marques em entrevista:

(...) este terreno foi de uma irmandade de São Cosme e São Pantaleão, naqueles tempos antigos, e um dos velhos marinhos, pai desses outros que morreu há uns anos, com 100 anos, o pai dele era zelador da igreja e era quem mandava o povo fazer casa. E quem manobrava eram as freiras, essas freiras, umas morreram, outras voltaram para Portugal e eles ficaram esperando que viessem outras, não vieram, eles ficaram resolvendo, aí foi nascendo outros, foram desenvolvendo, estudando, acharam que eram as terras dos marinhos, ficou tudo conhecido, Casa Amarela, como as terras dos Marinhos (MONTENEGRO, 2007, p.66).

Para além das disputas discursivas e da polaridade existente entre os dois lados, o que não nos cabe um juízo de valor, o fato é que a partir da metade da década de 1970, o movimento consegue um elevado nível de organização e passar a pressionar o Estado.

O trecho abaixo faz parte de um folheto de cordel de 1978 distribuído aos moradores das “Terras ninguém”, que conta a história do conflito pela posse da terra em Casa Amarela. O referido cordel reforça a narrativa dos moradores de que os proprietários representados pela Empresa Imobiliária Pernambucana não eram os donos das Terras.

O santo Pantaleão / No céu estava na glória...
Será que necessitava / *Óu aceitava essa história*
De dominar terra e gente / Como patrão prepotente
E exigir promissória?

Toda a fartura de terra / Um nome novo ganhou:
“PROPRIEDADE MARINHO”, / O velho assim batizou
Para que seus descendentes / Falassem mostrando os dentes:
— Que “coroné” de valor!

Fundada a IMOBILIÁRIA / Logo se fez divisão
Leitor, esteja avisado / Pra não fazer confusão
Pois os Borges e Marinho / Fizeram seu cercadinho
Com muita organização / Mas todo mundo já sabe
Que a EMPRESA não tem / A escritura das terras
E muita gente já vem / Dizendo: — Não vou pagar.
Vão pro inferno morar! / Tou nas “Terras de Ninguém”

Mais de dois mil assinantes / Fincaram pé no batente...
E escreveram uma carta / Para o senhor Presidente...
Todo o país vai saber / Rádio, jornal, vão dizer
O sofrer daquela gente

— Agora daqui pra frente / “Foro” ninguém vai pagar.
Diz um velho morador, / E todos vão protestar
Contra qualquer cobrador, / A polícia, ou o doutor...
Quero ver quem vai ganhar / De nariz arrebitado
Vamos repetir a história / A das “Terras de Ninguém”

E guardar bem na memória: / Temos mais do que razão
E a desapropriação / Será a grande vitória
(Jornal dos Bairros, p.3, ano 1, nº 1 jul/1978)

Como apontado, uma das estratégias dos líderes do movimento, era o trabalho de conscientização dos moradores, ou seja, era preciso conhecer a história e naturalizar que Rosa Borges, diretor da empresa imobiliária, não era dono das terras.

Observa-se ainda que o cordel ao resumir a história do movimento evidencia os principais momentos do conflito: contestação da titularidade das terras; pressão ao Estado; denúncia na mídia; repressão policial e reivindicação da desapropriação. A distribuição de folhetos com versos como estes, tinha a intenção de informar/formar os moradores e assim fortalecer a resistência contra o pagamento do aluguel e às ameaças de expulsão.

A ocupação quase formalizada e a resistência dos moradores contra a exploração do indivíduo que se apresentava como proprietário, caracterizaram um avanço qualitativo na forma de organização dos moradores das “Terras de Ninguém”. Outro fator que aumenta o descontentamento dos arrendatários é o aumento do preço dos aluguéis, o que fez os pagamentos fosse cessado (SOUSA, 2005 p.95; 98).

A reivindicação central do movimento “Terras de Ninguém” era o direito à posse das terras que ocupavam. De acordo com Isauro Sousa (2005, p.96) a insatisfação não ocorria somente do lado dos moradores, pois para os proprietários o “aluguel do chão”, já não se constituía como melhor opção de rendimentos, ao passo que a disputa se dava entre moradores versus proprietário. Interessante observar que a relação de conflitos entre os dois agentes, como algo característico, denota algo peculiar, porque nesse caso a rivalidade, não é com o Estado, este foi acionado como intermediador do conflito (GONH, 2014).

Na terceira fase do movimento (1981-1987), o Estado intervém no conflito visando a desapropriação das terras, momento em que o movimento amplia suas demandas, além da posse de terras solicitavam também melhorias da área.

O Movimento “Terras de Ninguém”, com a força de cerca de 53 comunidades e diversas representações e Pró-Federação de Casa Amarela, o Conselho de Moradores de Casa Amarela - FEACA, os centros Comunitários – reivindicaram obras de urbanização, tais como calçamento, iluminação pública, aterros de alagados nos córregos; e instalação de escolas, postos de abastecimento de gêneros alimentícios, entre outras. A questão da precariedade dos transportes coletivos aparecia entre as reivindicações mais comuns das diversas associações (SOUSA, 2005, p.99).

Apesar de colocar outras pautas, o direito à posse de terras, continuava como principal reivindicação do movimento. A longa luta do movimento se consolidou e foi vitoriosa em dezembro de 1980, quando foi assinado o documento de desapropriação do terreno em favor dos moradores de Casa Amarela (MONTENEGRO, 2007). O jornal Força Popular, boletim da Pro-Federação de Casa Amarela, traz na capa a notícia da vitória do movimento “Terras de ninguém”, em direção à desapropriação.

Depois de duas horas e meia de audiência, sai Arnaldo e Odete, acompanha dos pelos advogados dizendo: VENCEMOS: das mãos calejadas e cheias de justiça sai uma salva de palmas e dos lábios corajosos ecoa um grito de viva para mais

um das Terras de Ninguém, que tem coragem de ir até o fim pela causa, de todos (JORNAL FORÇA POPULAR. Maio/junho de 1980.).

A partir dos 1980, inicia-se o processo de desapropriação das terras de Casas Amarela, logo, a principal reivindicação do movimento começou a ser atendida, a posse das terras. Através da narrativa do Jornal Força Popular, quando utiliza o termo “mãos calejadas”, podemos interpretar uma dupla significação da expressão. A primeira acepção faz referência a pobreza das populações envolvidas com o conflito, pois, o *calo* remete ao trabalho pesado. O segundo significado se constitui enquanto representação, ao se associar as “mãos calejadas” com a luta empreendida pelos moradores das “Terras de Ninguém” pela posse das terras.

O movimento “Terras de Ninguém” ao longo da sua trajetória constrói uma rede de articulação, que demonstra um considerável nível de organização. A rede incluiu o apoio da Igreja, de ONGs, políticos, advogados entre outros e fez da regularização fundiária das “Terras de Ninguém” a maior da história do Recife.

A desapropriação envolveu 53 comunidades, e desapropriou cerca de 20.000 lotes, pertencentes à Empresa Imobiliária de Pernambuco Ltda., tendo contemplando mais de 15.000 famílias, numa área com cerca de 350 hectares, cuja desapropriação foi feita pelo Governador do Estado de Pernambuco Dr. Marco Antônio de Oliveira Maciel, através do decreto nº 7.008 de 29/12/1980 (SOUSA, 2205 p.114).

O processo de desapropriação envolveu uma área muito grande e o custo decorrente do processo foi assumido pelo governo de Pernambuco, cabe destacar que foi pago de indenização preço de Cr\$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros). Com o Decreto de Desapropriação das “Terras de Ninguém”, o movimento pela posse da terra continuou com o líder comunitário João do Cigarro à frente do movimento. Após a desapropriação das “Terras de Ninguém”, os lotes foram cedidos aos moradores, através de Escritura Particular de Compra e Venda, com força de Escritura Pública, pela COHAB-PE (SOUSA, 2005, p. 116).

Nesta terceira fase cabe destacar atuação de vários órgãos no processo de desapropriação e legalização das terras, como Companhia de Habitação Popular do Estado de Pernambuco (COHAB-PE), a criação de programas habitação como Programa de Erradicação de Sub-Habitação (PROMORAR) e o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS).

Os títulos de propriedade das terras, por envolver um longo processo burocrático, somente foram entregue aos moradores no Governo de Miguel Arraes de Alencar, em 1987. Ainda segundo Isauro Sousa (2005, p.120), o processo de regularização fundiária, iniciado nas “Terras de Ninguém”, tornou-se referência para as demais áreas pobres que lutavam pelo direito à posse da terra na cidade do Recife.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, existe um problema histórico que é a concentração de terras, esse fato tem contribuído para aumento das desigualdades sociais e principalmente dificultado o acesso das camadas pobres ao direito de morar. No Recife, assim como em outras cidades brasileiras, o problema de acesso à moradia levou as populações de baixo valor aquisitivo a ocupar lugares insalubres, deficiente de infraestrutura e serviços urbanos. O processo de modernização das cidades provocou a expulsão dos moradores das áreas centrais para a periferia, surgindo variados tipos de favelas.

As comunidades marginalizadas socialmente começaram a se organizar em fins da década de 1960, em movimentos populares urbanos, de bairros, com apoio de conselhos e associações estratégias de enfrentamento e de pressão do Estado para atender suas demandas frente aos problemas sociais. Um desses movimentos teve uma atuação expressiva na região de Casa Amarela em Recife, o movimento “Terras de Ninguém”.

O movimento “Terras de Ninguém”, a partir de uma ampla rede de articulação que envolveu o apoio dos moradores, da Igreja, de partidos políticos conseguiu que fosse atendida a sua principal reivindicação- a desapropriação das terras de Casa Amarela em favor dos moradores. A vitória do movimento foi resultado de um lado do elevado nível de organização do movimento, que conseguiu levar a público o conflito que envolveu moradores e os supostos proprietários e por outro lado à conjuntura social favorável aos mais diversos tipos de movimentos sociais- a redemocratização do Brasil. Apesar das mobilizações terem iniciado em plena Ditadura militar, o movimento alcançou seu desenvolvimento e sua vitória nesse período.

A dimensão alcançada pelo movimento “Terras de Ninguém” foi expressiva, que provocou um feito não visto antes na história de Recife, a desapropriação de terras de uma área com cerca de 350 hectares de uma só vez. O movimento “Terras de Ninguém” empreendeu uma longa luta pela posse de terras em Casa Amarela e a sua vitória demonstra o potencial dos movimentos de bairros enquanto agente reivindicador de direitos sociais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Juliene. **A luta dos movimentos sociais urbanos no Recife**: criação e manutenção do PREZEIS. In: II Simpósio Lutas Sociais na América Latina, Anais[...]Londrina: UEL, 2006. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/julienpdfetenoriodealbuquerque>> Acesso em: 8 jul. 2019.

CAVALCANTI, Geane Bezerra. **Lutas e Resistência dos Moradores da Periferia da Cidade do Recife (1955-1988)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/15000>> Acesso em: 09 jul. 2019.

FRANCISCO, Thiago Pereira. **Habitação popular, Reforma urbana e Periferização no Recife, 1920 – 1945**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <<http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/6765>.> Acesso em: 14 jul. 2019.

GOHN, Maria da Gloria. **Movimentos Sociais e Luta pela Moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

_____ **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e memória: A cultura popular revisitada**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

SOUSA, Isaura. **Regularização Fundiária Das “Terras de Ninguém” A Semi-Formalização em Novas Bases**. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp027824.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 31, 33, 41, 43, 71, 73, 75, 76, 84, 93, 99, 102, 103, 108, 117, 121, 122, 140, 142, 144, 156, 166, 167, 173, 227, 240, 245, 300, 325
Águas medicinais 308, 309, 310, 311, 323
Amazônia 4, 44, 73, 78, 80, 81, 82, 100, 101, 242, 245, 249, 267, 269, 270, 272, 275, 280
Armada brasileira 127
Arthur bernardes 174, 175, 176, 177, 179, 180, 182, 183, 184
Assistência materno-infantil 161

B

Biografia 185, 189, 190, 191, 192, 193, 267, 279

C

Ciência agronômica 99
Cinema 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294
Companhia das índias ocidentais 14, 15, 25
Companhia geral do grão-Pará e Maranhão 31, 32, 44, 45
Conflitos 5, 6, 7, 10, 18, 24, 46, 51, 53, 54, 82, 156, 157, 159, 213, 235, 242, 250, 268, 270, 289, 295, 296, 298, 304
Conselho geral de província 60, 62, 63, 69
Crítica 52, 53, 110, 112, 193, 203, 216, 250, 252, 254, 255, 256, 257, 258, 263, 264, 265, 266, 277, 289
Cronistas brasileiros 195, 204
Cultura marítima 127

D

Debates ferroviários 114, 118
Direitos humanos 58, 176, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 274, 275, 278, 279, 280, 292
Ditadura civil-militar 221, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 240, 242, 247, 248, 285, 296, 301
Drogas do sertão 31, 32, 41, 44, 76, 81

E

Elites políticas 71, 185
Empresários 123, 125, 186, 238, 242, 243, 246, 249, 250, 288
Engenharia e Política 114
Escravidão indígena 1, 8
Estado de sítio 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184
Estudos de gênero 59, 281

F

Feminismo 59, 267, 270, 271, 272, 279

Força pública 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 159, 160

G

Grupos de esquerda 210, 217

Guerra do paraguai 84, 88, 89, 91, 96, 97, 98, 129, 137

H

História oral 185, 188, 189, 191, 193, 278, 279, 280, 297, 307, 308, 309, 322, 323

I

Império do brasil 70, 77, 84, 85, 86, 96, 108

Imprensa 12, 29, 45, 48, 54, 58, 84, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 138, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 150, 173, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 189, 209, 245, 249, 251, 254, 260, 268, 294

J

Jornal correio 138, 141, 142, 143, 144, 145, 146

Juventude operária 210, 211, 212, 213, 214, 215, 221, 222, 223

L

Literatura 14, 15, 46, 48, 49, 50, 56, 57, 87, 150, 151, 175, 195, 205, 252, 253, 255, 259, 264, 265, 289

Literatura de viagens 46

M

Maçonaria 224, 225, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237

Marinha brasileira 127, 130, 133

Memória social 308, 309, 323

Militarização 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 158

Movimento social 295, 296, 297, 300

Mulheres viajantes 46, 47, 48, 50, 56, 57, 59

Música 25, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 220

N

Narrativas 35, 46, 47, 50, 52, 53, 57, 59, 138, 141, 142, 191, 241, 261, 278, 281, 309

P

Paulo Emílio Salles Gomes 252, 253, 259

Pirataria 14, 15, 16, 17, 18, 25, 29, 227

Política 33, 45, 60, 61, 63, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 80, 82, 84, 86, 87, 88, 89, 98, 106, 111, 112, 114, 115, 121, 122, 124, 125, 126, 138, 141, 142, 143, 149, 151, 153, 154, 159, 160, 161, 164, 166, 174, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 201, 202,

204, 210, 211, 215, 217, 218, 223, 224, 226, 227, 228, 231, 234, 235, 236, 239, 242, 245, 246, 248,
249, 250, 259, 267, 268, 270, 271, 272, 273, 275, 277, 278, 281, 286, 287, 288, 290, 294, 297, 325
Posse de terras 298, 299, 300, 304, 306
Primeira república 126, 127, 148, 149, 150, 153, 154, 158, 159, 161, 162, 165, 171, 172, 174,
175, 176, 178, 180, 182, 183, 193, 197
Província do Amazonas 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82

S

Saúde pública 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 321
Sexicomedias 281, 282
Sociedade agrícola 99, 100, 101, 103, 104, 111

 **Atena**
Editora

2 0 2 0